

UM PASSO ATRÁS: A EDUCAÇÃO NO PÓS-2018.

ONE STEP BACK: EDUCATION IN POST-2018.

Beatriz Rocha¹ (UEG)

Keides Batista Vicente² (UEG)

Resumo: Pretende-se apresentar considerações sobre o posicionamento dos ocupantes do MEC (Ministério da Educação) no pós-2018 e a instabilidade do cargo com a variação de nomes que ocuparam a pasta. E como essa instabilidade contribuiu para o avanço de uma proposta de reformas conservadoras para a Educação. Para realização da pesquisa, foram utilizadas reportagens da imprensa de circulação nacional, como revista Veja, Exame, jornais como El País, Uol e Globo. Para elaborar as discussões, fundamentou-se numa pesquisa de cunho bibliográfico, baseado em autores como Taffarel e Neves (2019), Rezera e D’Alexandre (2019), Araújo (2020). Em um primeiro momento, apresentou-se a educação em descompasso com a instabilidade de representantes do Ministério da Educação. Em um momento posterior, apresentaram-se as reformas conservadoras para a educação. Ao final, será possível compreender algumas das nuances da educação no pós-2018.

Palavra-chaves: Educação. Conservadorismo. MEC.

***Abstract:** It is intended to present considerations about the position of the occupants of the MEC (Ministry of Education) in the post 2018 and the instability of the position with the variation of names that occupied the folder. And as such instability contributed to the advancement of a proposal for conservative reforms to education. In order to carry out the research, reports were used in the national press, such as Veja magazine, Exame, newspapers such as El País, Uol and Globo. To elaborate the discussions, it was based on a bibliographic research, based on authors such as Taffarel and Neves (2019), Rezera and D’Alexandre (2019), Araújo (2020). At first, education was presented out of step with the instability of representatives of the Ministry of Education. At a later time there were conservative reforms for education. In the end it will be possible to understand some of the nuances of education in post-2018.*

Keywords: Education. Conservatism. MEC.

¹ Graduada em Pedagogia pela UEG, Câmpus Sudeste, Unidade Universitária de Pires do Rio. Professora na Associação Adelino de Carvalho. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0210641617395902>. E-mail: bibirocha@gmail.com.

² Licenciada e Bacharel em História pela UFG/CAC, Mestre em História Social pela UFU e Doutora em Educação pela UFG. Professora Pesquisadora na Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Sudeste - Unu Pires do Rio. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9181380986744349>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4053-6136>. E-mail: keides.vicente@gmail.com

Introdução

Abordar a educação e a sua composição pelo viés político é de extrema importância para que se possa, enquanto professores em formação e atuantes nos inúmeros níveis do ensino, compreender como a atual realidade educacional foi estruturada, mas também como as estruturas educacionais em vários momentos históricos interferem na concepção de educação e sociedade no tempo presente.

Com o compromisso de compreender a historicidade da educação e suas nuances, o objetivo do presente artigo foi o de apresentar considerações sobre o posicionamento dos ocupantes do MEC (Ministério da Educação) no pós-2018 e a instabilidade do cargo representado pela variação de nomes que ocuparam a pasta. E como tal instabilidade contribuiu para o avanço de uma proposta de reformas conservadoras para a Educação

Como fundamentação documental para a construção do texto, buscou-se reportagens na imprensa de circulação nacional, como revista Veja, Exame, jornais como El País, Uol e Globo.

Para elaborar as discussões, fundamentou-se numa pesquisa de cunho bibliográfico, baseado em autores, como Taffarel e Neves (2019), Rezera e D’Alexandre (2019), Araújo (2020), entre outros que são descritos no decorrer do texto, e que publicaram preferencialmente em sites relevantes de pesquisa no país.

A educação em descompasso.

Em 2018, Jair Messias Bolsonaro, foi eleito o 38º presidente do Brasil. Já durante a campanha eleitoral, o então candidato manifestava o seu posicionamento homofóbico, racista e misógino, não participando de debates realizados em diferentes meios de comunicação com outros pretendentes ao posto da presidência da república, evitando ser confrontado em suas propostas no campo econômico e social, além de demonstrar o seu alinhamento político com grupos conservadores e neoliberais.

No que diz respeito à educação, Bolsonaro como é popularmente conhecido, atacou, sobretudo, as universidades, a ciência e a tecnologia. Ao ser eleito, confirmaram-se gradativamente os prejuízos que a educação poderia ter em seu mandato. Iniciou-se, então, uma sequência de determinações legais com características de uma educação conservadora,

sem autonomia e pensamento crítico.

Uma de suas falas durante sua campanha foi: “Essa turma, se quiser ficara qui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”³. Essa foi uma das inúmeras falas ligadas à educação antes de ser eleito. Quando já empossado, engrossou o discurso e a perseguição aos espaços educacionais com o cerceamento legal ao que tange aos investimentos e autonomia dos espaços educacionais.

Como exemplo da condição de descaso do governo com a educação está a instabilidade no MEC (Ministério da Educação) com a troca de gestores, que tinham atitudes coniventes com os ideais do atual presidente e que não possuíam formação ou conhecimento técnico, científico ou experiência na área. Todos aqueles que, até o momento, passaram pelo MEC compactuavam com atitudes antidemocráticas e se aproximavam de um discurso neoliberal, com a diminuição do financiamento público para a educação e interesses privatistas.

As alterações de todos os documentos partiram de propostas dos ministros da Educação que compactuavam e compactuam com as ideias do atual presidente. O primeiro ministro foi Ricardo Vélez Rodríguez, que possui uma produção teórica de artigos sem abordagens acadêmicos e filosóficos, negando as produções científicas. Apesar de ser uma indicação de Olavo de Carvalho, Ricardo Vélez Rodríguez ficou no cargo por menos de 100 dias, por conta, talvez, das muitas discussões da “[...] guerra aberta entre “olavistas” e militares pela política educacional na qual Vélez não colocou em andamento projeto algum de destaque” (TAFFAREL; NEVES, 2019, p. 312).

Em seu pouco tempo de mandato, fez declarações polêmicas, como a proposta da revisão dos assuntos que constam nos livros didáticos, a disseminação da ideia de que universidade para todos não existe ao expor que “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]”⁴, que as escolas deveriam cantar o hino nacional todos os dias fazendo uso do jargão de campanha do presidente “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

O segundo ministro da educação também é fundamentado nos ideais de Olavo de

³ Fala disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

⁴ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-universidades-devem-ficar-reservadas-para-uma-elite-intelectual-diz-ministro-da-educacao/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ROCHA, Beatriz; VICENTE, Keides Batista. **UM PASSO ATRÁS: A EDUCAÇÃO NO PÓS-2018.**

Carvalho, formado em economia e professor universitário, Abraham Weintraub. Em uma de suas muitas entrevistas, antes mesmo de sua posse como ministro, Weintraub já expunha que compartilhava com alguns dos princípios de Olavo, mas não todos, como expôs numa fala durante uma entrevista realizada em abril de 2019: “Ele tem ideias muito boas, mas não sigo *ipsis litteris* tudo o que ele fala. Não é que porque gosto de música clássica que não escute rock and roll de vez em quando”⁵.

Segundo o Jornal El país, Weintraub possui experiência como sócio da Quest Investimentos, foi diretor do Banco Votorantim e membro do comitê de trading da Bovespa e como conselheiro da Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias (Ancord). Essas aproximações e experiências podem explicar uma tentativa de aplicar as premissas do mercado financeiro nos moldes educacionais; por exemplo, a sua primeira medida foi um contingenciamento de verbas que afetaria diretamente a universidades, os recursos de pesquisas e automaticamente o corte de bolsas de estudos⁶.

O bloqueio do orçamento das universidades foi feito através de um comunicado, o MEC, na época, justificou que algumas universidades, como a UFBA, UFF e UnB que tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas, sem ao menos apresentar uma justificativa. Numa entrevista ao jornal "Estado de S. Paulo", o ministro disse que a redução teve maior fundamento no que chamou de prática de "balbúrdia" em universidades, ao invés de realmente produzirem conhecimentos, como expôs na ocasião ao dizer que “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”⁷.

Outro fato que causou constrangimento e desgaste ao ministério foi o vazamento de questões do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) no ano de 2019, mas que segundo o ministro não ocasionou desfalques, pois na sua avaliação foi um dos melhores Enem da história do Brasil. Justificou ainda que o nível de discussão sobre o assunto foi por conta da

⁵ Disponível em: <<https://exame.com/brasil/aluno-de-olavo-de-carvalho-abraham-weintraub-promete-gestao-tecnica/>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689_188552.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

⁷ Disponível em: [https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-04-30/mec-vai-cortar-verbas-de-universidades-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba.html#:~:text=%22Universidades%20que%2C%20em%20vez%20de,Federal%20da%20Bahia%20\(UFBA\)%20j%C3%A1](https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-04-30/mec-vai-cortar-verbas-de-universidades-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba.html#:~:text=%22Universidades%20que%2C%20em%20vez%20de,Federal%20da%20Bahia%20(UFBA)%20j%C3%A1) Acesso em: 10 nov. 2020.

cobertura do destaque da imprensa, ao ponderar que “Tivemos pequenos problemas, que nada interferiram [na realização da prova]. Aqueles que usaram o celular para tirar foto já foram identificados pela Polícia Federal, que está tomando as providências”⁸.

Abraham Weintraub defendia que um dos maiores problemas na educação brasileira é a de que os aprendizes chegam ao 3º ano do ensino fundamental sem "conhecimentos mínimos de leitura ou de matemática", sob essa justificativa disse que: "Eu acho que qualquer país que tenha tido sucesso em mudar a educação focou aí, até chegar no 3º ano"⁹. Antes de pedir demissão do cargo, em 19 de junho de 2020, sob a justificativa de que teria recebido uma proposta para ser diretor representante do Brasil no Banco Mundial, em Washington, EUA, teve tempo para apresentar o projeto “Futura-se”¹⁰, lançado em 17 de julho de 2019. O principal objetivo do programa era o de dar maior autonomia financeira a universidades e institutos através da captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O próximo ministro cotado para ocupar o cargo foi o professor Carlos Decotelli, que, no entanto, nem chegou a tomar posse após receber várias acusações, algumas confirmadas, de informações falsas no seu currículo. Renato Feder também teria recebido o convite, mas recusou-o.

Após um mês com o cargo de ministro da educação sem ser ocupada, o governo convidou o formado em advocacia e teologia Milton Ribeiro, professor e pastor de igreja Presbiteriana. Uma das suas primeiras declarações demonstrou que apoia o castigo físico para as crianças, sob a justificativa de que

Talvez uma porcentagem de crianças muito pequena, de criança precoce, superdotada, é que vai entender o seu argumento. Deve haver rigor, desculpe severidade. E vou dar um passo a mais, talvez algumas mães até fiquem com raiva de mim: devem sentir dor¹¹.

Para o ministro Milton Ribeiro, as universidades incentivam a prática totalmente sem limite de sexo, sob fundamentos de que "Para contribuir ainda mais em termos negativos para uma prática totalmente sem limites do sexo veio a questão filosófica do existencialismo,

⁸ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/09/enem-ministro-diz-que-pf-ja-identificou-quem-vazou-foto-de-prova.htm> Acesso em: 10 dez. 2020.

⁹ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_educacaobasica/2019/10/22/interna-educacaobasica-2019,799806/ensino-alfabetizacao-no-brasil-sao-um-desastre-ministro-da-educacao.shtml . Acesso em: 10 dez. 2020.

¹⁰ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>. Acesso em: 10 dez. 2020.

¹¹ Fala disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/07/10/novo-ministro-da-educacao-defende-castigo-fisico-para-criancas.htm>. Acesso em: 18 nov. 2020

em que o momento é que importa. Não importa se é A, B, se é homem ou se é mulher, se é esse, se é aquele, se é velho, se é novo. Não interessa. O que interessa é aquele momento". Ribeiro ainda disse que “[...] é isso que eles estão ensinando para os nossos filhos na universidade”. Declarou também que:

Acho que o adolescente, que muitas vezes, opta por andar no caminho do homossexualismo (sic), tem um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa. São famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe. Vejo menino de 12, 13 anos optando por ser gay, nunca esteve com uma mulher de fato, com um homem de fato, e caminhar por aí. São questões de valores e princípios¹².

Como se percebe pela formação e princípios dos ministros, o governo de Bolsonaro tem grande influência das políticas educacionais de Olavo de Carvalho, que atualmente está com 71 anos, um autodidata que mora na Virgínia, EUA, e ministra aulas de Filosofia pela internet. De acordo com Taffarel e Neves (2019, p. 313), ele é “[...] o pai do setor mais ideologizado do Gabinete, aquele que está na guerra contra o globalismo, o marxismo cultural, o feminismo. Os ministros da Educação do governo Bolsonaro são discípulos dele”. No mesmo teor, as posturas e discursos dos ministros também demonstram um pensamento extremamente conservador, com posturas ultraconservadoras que têm fundamentados a maioria dos projetos que não inserem a reflexão sobre a luta de classes, a ramificações de gênero, sexualidade, raças, entre inúmeros outros assuntos importantes e que não são preocupações dos ultraconservadores.

As Reformas Conservadoras para a Educação

Várias foram as mudanças adjetivas com a inserção do novo governo de Jair Bolsonaro na educação, das quais podemos destacar: comando da extrema direita, ultraconservadora, fundamentalista religiosa, neoliberal, profascista, a-científica, a-histórica e acrítica. Com o fundamento de Taffarel e Neves (2019) e Rezera e D’Alexandre (2019), também identificamos algumas mudanças drásticas, que puderam ser depreendidas dos documentos, notícias, reportagens de fontes confiáveis, organizados em um dossiê de como a educação é tratada pelo presidente eleito e seus Ministros da Educação.

¹² Fala disponível em: <<https://sintufejuf.org.br/sintufejuf-repudia-declaracoes-lgbt-fobicas-de-ministro-da-educacao>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

Ainda de acordo com os autores, em análise aos conteúdos dos documentos elaborados pelo setor educacional durante a gestão dos ministros da educação mencionados no início do capítulo, é possível ver que existem seis esferas da proposta educacional do atual governo que se particulariza, por conta de sua maneira de governar como de extrema direita, ultraconservadora, neoliberal e fascista, quais sejam, de acordo com os autores:

(1) *Responsabilidade do Estado* - desresponsabilizar o Estado de suas atribuições de garantir direitos; (2) *Financiamento da Educação* - privatização da educação; (3) *Direito à aprendizagem* – competências e habilidades: foco nas aprendizagens e avaliações meritocráticas dos estudantes com ênfase na inclusão excludente, na concepção de formação para o mercado do trabalho, à distância, com conteúdos mínimos; (4) *Processo de formação dos trabalhadores*: desqualificação dos trabalhadores em seu processo de formação; (5) *Valorização do trabalho e sistema de proteção do trabalho*: desvalorização dos trabalhadores de educação, pela precarização, terceirização do trabalho na escola; (6) *Formação e Exercício da docência*: desvalorização da docência, desde a formação inicial à formação continuada, desvalorização do trabalho dos professores, das condições de trabalho, dos salários, da carreira, da seguridade social – assistência, saúde e previdência (TAFFAREL; NEVES, 2019, p. 314).

De forma geral, ainda de acordo com Taffarel e Neves (2019), o Brasil, após a posse de Jair Messias Bolsonaro, que foi eleito fazendo uso de recursos midiáticos fraudados, com o princípio de manipulação do imaginário popular, sobretudo com o impeachment da presidenta Dilma Rouseff e com a condenação do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, tornaram-se comuns ações que vão contra a soberania nacional, contra a democracia, contra o Estado de Direito, contra as políticas públicas sociais de governo e do Estado que privilegiam a classe trabalhadora, contra os direitos e conquistas históricas que elaboraram um sistema de defesa aos trabalhadores.

No âmbito educacional, verifica-se que a conjuntura educacional que foi conquistada nos últimos governos - estatal, pública inclusiva, laica, democrática e de qualidade - tem sido destruída, como podemos verificar pelas inserções constantes de documentos que se fundamentam em políticas radicalizadas que defendem a privatização e destroem o patrimônio público.

Alguns desses documentos estão mencionados no trabalho de Taffari e Neves (2019): a aprovação de medida de concessão do pré-sal ao capital internacional; a não efetivação das metas do Plano Nacional de Educação; a modificação dos segmentos do Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação, com a inserção dos empresários da área de privatização da educação (Todos pela Educação) e a nomeação de um

militar para a Secretaria Executiva do CNE; a aprovação da Reforma do Ensino Médio.

Somam-se a estes fatores, segundo os autores, a autorização das mudanças do currículo Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a confirmação da Emenda Constitucional 95/16 que determinou o pacto fiscal e definiu os capitais em educação e saúde.

No que tange ao trabalhador e seus direitos os atores citam medidas que autorizam a terceirização sem divisa e a reforma trabalhista, que prejudica os trabalhadores de forma geral, sobretudo os da educação, já que terão os docentes com o atual modelo de aposentadoria elevando o tempo mínimo de serviço. Essas mudanças ressaltam o componente conservador e o caráter privatizante da educação que nos levam a classificar o governo, concluem Taffari e Neves (2019), como de extrema direita, neoliberal, ultraconservadora e protofascista.

A política nacional de alfabetização é um programa que merece ser citado aqui, pois se configura como um quadro de regressão histórico por levar em consideração que o problema da alfabetização está no binômio alfabetização e letramento e por sugerir o método fônico como solução. Essa decisão foi elaborada por Vélez Rodríguez que diz que os recursos da educação estão mal geridos, pois percebeu que estava concentrado majoritariamente no Ensino Superior se comparado a Educação Básica. Alguns métodos foram criados para tentar equilibrar esses gastos, como a possibilidade de ensino a distância, incluindo para os anos iniciais. Para Taffari e Neves (2019), isso demonstra que não há interesse do governo em resolver os problemas de acesso à escola, mas, infelizmente, isso coopera também para o afastamento das populações pertencentes às camadas populares.

Por acreditar que a missão do governo Bolsonaro é a de combater o marxismo cultural e a ideologia de gênero, não foram elaborados documentos oficiais sobre as novas diretrizes da nova política nacional da alfabetização. Na sua perspectiva, os professores brasileiros são doutrinadores que estão na escola disseminando discursos de esquerda, por conta disso não criou programas concretos que objetivassem combater os problemas da educação, mas que, infelizmente, tem disseminado discursos de ódio entre os grupos políticos (TAFFARI; NEVES, 2019).

Para os autores, uma mudança de destaque no governo foi a Base Nacional Comum, a BNCC e o novo ensino médio, pois o governo começou nesse documento a inserir preceitos que trazem discussões de reformadores empresariais, cujo ideário de educação defendida se fundamenta na ideologia neoliberal e compreende que o Estado é o inimigo

principal para a geração da qualidade social. A ideia do governo sobre a Educação, de maneira geral, é que a de que eficiência do sistema apenas será obtido caso haja um tipo de controle empresarial, sem a intervenção do Estado.

Outro destaque significativo das mudanças geridas por Bolsonaro é a militarização das escolas públicas, que tem recebido destaque e atenção pelos ministros, sobretudo por Ricardo Vélez Rodríguez, que criou a Secretaria de Educação Básica e a subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Uma das suas primeiras determinações do referido ministro foi a de solicitar que as escolas passassem a executar o Hino Nacional e a ler o slogan da campanha do atual presidente.

Taffari e Neves (2019) analisam que a intenção dessas escolas é também retornar à inserção da educação moral e cívica para os currículos em todos os níveis de educação, desde infantil até o médio. Essa disciplina já foi executada no ano de 1969, durante o período da Ditadura Militar, através de um decreto-lei até o ano de 1971, com a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que passou a obrigar que a disciplina Moral e Civismo fosse obrigatória e se tornasse um meio de doutrinação para controle do ensino de maneira absoluta.

Outra medida proposta no governo que tem gerado discussões é a inserção da educação domiciliar que se caracteriza como literalmente uma pauta da direita neoliberal e ultrarreacionária. A tentativa de regularizar o ensino regular, que teve iniciativa pela pastora evangélica Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, em forma de lei, procura desmontar também com a Lei nº 8.069, de 3 de julho de 1990, que versa acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determinam as diretrizes e bases da educação nacional.

A intenção com essa lei é ajudar com a inserção dos princípios religiosos como modelo de educação, método famoso na educação domiciliar dos EUA. No congresso, essa proposta é defendida pelos políticos – deputados e senadores – de caráter ultraconservadores fundamentalistas religiosos cristãos (especialmente por evangélicos e católicos). Estes mesmos políticos defendem outros projetos, como a Escola sem Partido que também tem a intenção de findar com a considerada doutrinação de professores. Na tentativa de desqualificar as muitas pesquisas acadêmicas científicas elaboradas nos últimos anos, estão os discursos de dar liberdade aos pais, impregnados por discursos de ordem empresária e de grupos que dão destaque ao mercado *homeschooling*, os chamados materiais para educar em

casa. Infelizmente, esses conhecimentos religiosos negam o conhecimento científico, filosófico e histórico, publicado pela humanidade em anos de pesquisas científicas (PEREIRA, 2019).

Assim como qualquer outro campo elaborado socialmente, a escola é um deles que está em constantes disputas, por conta de sua função de apropriar, dar a conhecer e ensinar como dominar e utilizar os patrimônios culturais da humanidade, além de cooperar para a elevação da capacidade teórica dos seres humanos, contribuindo para o processo de consciência e emancipação. No entanto, como se percebe pelos projetos elaborados e alguns mencionados, a escola vem sendo fechada, destruída e rebaixada para não se adequar a todos da sociedade, sobretudo a classe trabalho do campo, como nos faz pensar as reflexões de Pereira (2019).

Nos documentos, como analisaram Taffarel e Neves (2019), as propostas vêm cooperando para uma destruição das políticas de governo e de Estado, alicerçando duas concepções do governo: (a) a de mercantilização e privatização da educação, que retiram alguns direitos do cidadão de campo, dando atenção maior para os interesses do capital; e (b) a conservadora, que se detém a discussão ideológica, da repressão e de indivíduos que não conseguem visualizar de maneira crítica o sistema capitalista que é imposto cotidianamente, sob o falso ideal de Escola sem partido.

Como reiteraram Taffarel e Neves (2019, p. 327), se soma a estes fatores já mencionados a intensificação da retirada de “[...] retirada do direito dos povos do campo – sem-terra, sem-teto, indígenas, quilombolas, atingidos por grandes obras, povos tradicionais, povos dos campos, águas e florestas”. Talvez pela função principal da educação em influenciar a transformação do pensamento conservador, ela tem tido atenção dos ultraconservadores que tentam alterá-la via estes projetos que não permitem a reflexão sobre a luta de classes, as ramificações de gênero, sexualidade, raças, entre inúmeras outros campos de conhecimentos essenciais para a construção de um sujeito crítico.

Portanto, é notório o regresso trazido pelo atual governo, a respeito das políticas educacionais, e quão prejudiciais são as propostas e legislações vindas de seus ministros. Assim impede o pensamento crítico, a liberdade de expressão e conseqüentemente acarretando grandes prejuízos.

Considerações finais

Verificou-se, por meio dos textos utilizados, que estamos em meio a uma

ROCHA, Beatriz; VICENTE, Keides Batista. **UM PASSO ATRÁS: A EDUCAÇÃO NO PÓS-2018.**

dimensão educacional de um programa de mudança, para confrontar a extrema- direita, os antidemocráticos religiosos, os conservadores e neoliberais. Nessa transição, é preciso sempre se lembrar das reivindicações em transitórias e históricas, a longo ou curto prazo, que nos servem de exemplos para que os mesmos erros não sejam repetidos.

Compreender essas nuances sociais, então, permite verificar quando a hegemonia, as ideologias, a supremacia, seja ela interna ou externa, podem desestruturar, independente do período, como aconteceu no passado, todo um projeto de sociedade, independentemente do nível, inclusive na educação.

O que pôde compreender de maneira geral com a análise é que as tomadas de determinadas decisões vêm se repetindo com ações passadas, como pudemos perceber pelo exemplo de prática do período militar. Daí faz-se a necessidade de criar mais ambientes de informações, que são espaços para discutir os esforços com o propósito de compreender não apenas a situação da educação, mas de todos os desdobramentos sociais, além de suas leis em vigência, nos mais variados contextos de nossa história.

REFERÊNCIAS

LIRA, A. T. N. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas.** Niterói, RJ, 2010, 367 p. Tese (Doutor em História Social – Universidade Federal Fluminense).

PELLANDA, N. M. C. **Ideologia, educação e repressão no Brasil pós-64.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PENNA, F. de A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 35-48. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255834/mod_resource/content/1/1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PEREIRA, R. dos S. A educação superior no Brasil sob o governo Bolsonaro: o que revelam o programa eleitoral e os discursos do governo. In: BAGGIO, Vilmar (Org.). **Rumos da Educação: reflexões críticas de profissionais da educação que têm compromisso com as direções do ensino na atualidade.** Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2019. p. 1-21. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fK3QgdXf9iL_Xx2bAx0ITxahGIbSB1xK/view>. Acesso em: 10 dez. 2020.

REZERA, Danielle do Nascimento; D’ALEXANDRE, Raquel Gomes. Os desafios da educação: intolerância e inconstitucionalidade do Manifesto à nação (FPE) do programa de

